

COPIA



JUCESP PROTOCOLO

1421167/07-4

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELÉTRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

COMPANHIA ABERTA

C.N.P.J. nº 61.695.227/0001-93

N.I.R.E. 35.300.050.274

**Ata de Reunião do Conselho de Administração  
realizada em de 17 de setembro de 2007**

**Data e Horário:** 17 de setembro de 2007, às 11:00 horas. **Local:** sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, nº 158, Vila Olímpia. **Mesa:** Britaldo Pedrosa Soares, Presidente, e Andréa Leandro Silva, Secretária. **Presença:** Presentes os Conselheiros de Administração: Britaldo Pedrosa Soares, Andrés Ricardo Gluski Weillert, Eduardo José Bernini, Helena Kerr do Amaral, Jeffery Atwood Safford, Lucio da Silva Santos, Pedro Roberto Cauvilla, Peter Greiner, Vito Joseph Mandilovich, Eduardo de Vasconcelos Correia Annunciato e Antonio Carlos de Oliveira. Conselheiro Fiscal: Ricardo Berer. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (I) a 10ª emissão pública de 60.000 (sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, a ser convertida para espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), nos termos da Instrução nº 400, da Comissão de Valores Mobiliários, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Emissão"); e (II) a celebração de todos os contratos necessários para a Emissão, bem como a autorização à Diretoria para a prática de todos os atos necessários à Emissão. **Deliberações tomadas por unanimidade:** abertos os trabalhos, verificado o *quorum* de presença e validamente instalada a presente Reunião, o Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros as matérias constantes da ordem do dia. Após colocadas as matérias em discussão e posterior votação, resultaram aprovadas pelos Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou restrições, (I) a aprovação da realização da Emissão, devendo os recursos decorrentes da Emissão ser destinados, única e exclusivamente, para efetuar o pré-pagamento das debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da 8ª emissão de debêntures, realizada em 23 de setembro de 2005, no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) e depositados em conta de

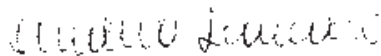
titularidade da Companhia, movimentável apenas pelo Agente Fiduciário. As Debêntures a serem emitidas terão as seguintes características: (a) Valor total da emissão: R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); (b) Quantidade total de Debêntures: 60.000 (sessenta mil); (c) Valor Nominal Unitário na data da emissão: R\$10.000,00 (dez mil reais); (d) Prazo e Data de Vencimento: 6 (seis) anos a contar de 15 de setembro de 2007 ("Data de Emissão"), com vencimento final em 15 de setembro de 2013; (e) Remuneração: a partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração semestral que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme previsto na Escritura Particular da 10ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Subordinada, a ser convertida para Espécie Quirografária, celebrada entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário") ("Escritura da Emissão"). A taxa de juros aplicável às Debêntures será composta de 100,0% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra Grupo de um dia ("CDI"), calculada com base em um ano base de 252 dias e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescida de *spread* que não poderá exceder a 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano; (f) Preço de subscrição e forma de integralização: o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração referida no item (e) acima, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização; as Debêntures serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional; (g) Pagamento da remuneração: o pagamento da remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o último pagamento em 15 de setembro de 2013 ("Data de Pagamento da Remuneração"), sendo a primeira Data de Pagamento da Remuneração em 15 de março de 2008; (h) Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado: a Companhia poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, a partir de 15 de setembro de 2011, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para pagamento da amortização. A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da remuneração acima referida, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização das Debêntures, acrescido de prêmio equivalente a 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento), a partir do 4º ano

contado da Data de Emissão. A amortização que trata este item deverá atingir todas as Debêntures, na mesma proporção por ano remanescente tendo como base os anos que faltam até a Data de Vencimento. As Debêntures desta emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Companhia, observadas as disposições da Escritura de Emissão; (i) Vencimento Antecipado: As obrigações relativas às Debêntures podem ser declaradas antecipadamente vencidas na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observadas as regras previstas na Escritura da Emissão: (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia, ou por suas controladas, diretas ou indiretas; (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, exceto a extinção, liquidação ou dissolução da (i) Eletropaulo Metropolitana Overseas II Ltd., (ii) Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda., e (iii) qualquer outra controlada, direta ou indireta, da Companhia desde que sua extinção, liquidação ou dissolução se realize em cumprimento das exigências relacionadas ao processo de desverticalização, conforme determinado pela Lei 10.848 de 14 de março de 2004; (c) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento; (d) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos); (f) não comprovação, pela Companhia, da utilização dos recursos obtidos com a emissão das Debêntures de acordo com o estabelecido acima, no prazo de 30 (trinta) dias da liquidação financeira da Emissão; (g) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão (à exceção da alínea (f) acima) dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de notificação do Agente Fiduciário a respeito do descumprimento; (h) alteração do controle acionário da Companhia que não resulte na AES Corporation ou no BNDES Participações S.A., ou ambos, como controladores (direta ou indiretamente) da Companhia; (i) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (i) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; ou (ii) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das

Sociedades por Ações; (j) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser convertida para Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação e/ou nos demais documentos da Oferta; (k) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial; (l) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), desde que a Companhia não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva; (m) transformação do tipo societário da Companhia; (n) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na Escritura de Emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (o) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em circulação, de determinados índices e limites detalhados na Escritura de Emissão; ou (p) caso a Companhia não celebre com o Agente Fiduciário o aditamento à Escritura de Emissão, nos termos do respectivo Anexo I da Escritura de Emissão, de forma a refletir a alteração da espécie das Debêntures de subordinada para quirografária em até 30 (trinta) dias contados da publicação do Anúncio de Início. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (e), (f) ou (p) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, conforme previsto na Escritura de Emissão; (j) Demais características e aprovação da Escritura de Emissão: as demais características e condições da emissão de Debêntures ora aprovada serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão, que é aprovada sem ressalvas neste ato; e (II) a celebração de todos os contratos necessários para a Emissão, bem como a autorização a Diretoria para a prática de todos os atos necessários à Emissão. Por fim, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem quisesse manifestar-se acerca de outros assuntos de interesse da

Companhia, tendo sido solicitado pelos Conselheiros presentes esclarecimentos sobre o Programa de Otimização de Custos e Processos da Companhia, os quais serão prestados na próxima Reunião do Conselho de Administração, prevista para ocorrer até o início do próximo mês. **Lavratura e Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião e aprovada, por unanimidade, a lavratura da presente Ata em forma de sumário. Após lida, foi a presente Ata por todos aprovada e assinada, sem qualquer ressalva. São Paulo, 17 de setembro de 2007. **MESA:** Britaldo Pedrosa Soares – Presidente; Andrea Leandro Silva – Secretária. **CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO:** Britaldo Pedrosa Soares; Andrés Ricardo Gluski Weilert; Eduardo José Bernini; Helena Kerr do Amaral; Jeffery Atwood Safford; Lucio da Silva Santos; Pedro Roberto Cauvillá; Peter Greiner; Vito Joseph Mandilovich; Eduardo de V. Correia Annunciato; Antonio Carlos de Oliveira. **CONSELHEIRO FISCAL:** Ricardo Berer.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio

  
Andrea Leandro Silva  
Secretária

